

A resistência antifascista e as lutas sociais contemporâneas: lições da história

Marcelo Buzetto*

Resumo:

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns aspectos da resistência antifascista que se desenvolveu em diferentes partes do mundo durante o período entre 1918 e 1945, bem como analisar quais as lições podemos extrair desse momento histórico para uma melhor compreensão das organizações de extrema-direita no mundo atual.

Palavras-chave: fascismo; resistência; antifascista.

Antifascist resistance and contemporary social struggles: lessons from history

Abstract:

This article aims to present some aspects of the anti-fascist resistance that developed in different parts of the world during the period between 1918 and 1945, as well as to analyze what lessons we can draw from this historical moment for a better understanding of far-right organizations in the current world.

Keywords: fascism; resistance; antifascist.

Fascistas, Nazistas, Neonazistas, Neofascistas? Como qualificar alguns movimentos políticos de direita/extrema-direita?

O Brasil e outros países do mundo vivenciaram, nos últimos anos, uma ofensiva política de grupos, partidos, ideias e organizações que se identificavam – ou são qualificadas - como sendo conservadoras, de direita e/ou extrema-direita. Todo

* Doutor em Ciências Sociais, com Pós-Doutorado em Ciências Sociais (UNESP), Marília-SP, Brasil. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e do Grupo de Pesquisas em Política Brasileira e Latino-Americana (UNESP/Marília). Autor e organizador do livro *Democracia e Direitos Humanos no Brasil (2016-2021): a ofensiva das direitas*, Volumes 1 e 2 (CUT/Solidarity Center, <https://www.cut.org.br/acao/democracia-e-direitos-humanos-no-brasil-a-ofensiva-das-direitas-2016-2021-volume-5761>). End. eletrônico: mabccae@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9796-484X>.

esse movimento de caráter transnacional ressurgiu num período de intensa, permanente e (ao que tudo indica) prolongada crise do sistema do capital e do modo de produção capitalista. Uma crise que pode ser facilmente confirmada, seja pelos seus aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e/ou geopolíticos/geoestratégicos. De fato, o mundo do capital, representado pelo poder das grandes corporações industriais e financeiras, não tem nem interesse nem condições de solucionar, de maneira efetiva e duradoura, os principais problemas sociais e ambientais que assolam a maioria da população humana. Tentativas de conciliação dos interesses do capital e do trabalho, com ampla difusão e execução durante o século XX, se mostraram ineficazes para deter/interromper a insaciável e voraz necessidade do capital de se reproduzir sempre de maneira ampliada e destrutiva, vitimando e tendo sempre como seu principal alvo os diferentes setores, segmentos e frações da classe trabalhadora, do proletariado, do semiproletariado, das massas populares-proletárias. O mundo do capital, no século XXI, tornou-se, sem dúvida, mais violento, mais cruel, mais insensível, mais impiedoso, mais militarista/belicista, mais imperialista, mais destruidor de direitos sociais e trabalhistas e mais inimigo da natureza e do meio ambiente.

Essa crise intensa, estrutural e prolongada, portanto, sistêmica, que revela a incapacidade/impossibilidade deste modo de produção em resolver os problemas e contradições gerados pelo seu próprio desenvolvimento e pela sua expansão mundial, criou condições mais favoráveis para essa “nova onda” de movimentos antidemocráticos e de extrema-direita que se multiplicam por todos os continentes, com formas diferentes, muitos com características bastante peculiares, mas que, em geral, são todos produtos de uma situação histórica que tem revelado a decadência de todo um sistema mundial e seus representantes (governos, partidos, instituições, empresas, etc.) e, ao mesmo tempo, a ausência – até o momento - de uma poderosa força social, política e cultural de massas, popular-proletária, com capacidade de apresentar uma efetiva alternativa antisistêmica que coloque a humanidade rumo à edificação de uma nova sociedade.

O nazismo e o fascismo, originalmente, se constituíram numa das diversas correntes de um nacionalismo conservador, antidemocrático e fortemente pró-imperialista. Criticavam tanto o liberalismo clássico, que havia levado a Europa e os EUA para uma situação de crescimento da desigualdade social e crise econômica, quanto o “comunismo/bolchevismo”, tendo como alvo o processo de desenvolvimento em curso na então recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Entre 1917 e 1922 ocorre a expansão regional da Revolução Russa, estimulando movimentos revolucionários em vários países vizinhos. A construção desse bloco econômico e político chamado URSS desperta a preocupação entre governos capitalistas da Europa, que viam na criação e ascensão dos partidos comunistas, na Revolução Russa e na Internacional Comunista (organização criada em 1919 com a finalidade de ser o “Partido Mundial da

Revolução”) ameaças iminentes aos interesses estratégicos da burguesia, podendo interromper planos e projetos neocolonialistas/imperialistas.

Aproveitando-se da fragilidade e dos erros dos governos burgueses liberais e social-democratas existentes na Europa Ocidental, o nazi-fascismo conquistou, gradativamente, importantes espaços na vida econômica, política e cultural de países como Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, entre outros. O nazi-fascismo firmou importantes e estratégicas alianças com setores do empresariado, sejam comerciantes, industriais ou grandes banqueiros representantes do capital financeiro, que estava em ascensão nos anos 20 e 30 do Século XX. Também buscou obter o controle dos meios de comunicação, da imprensa, dos jornais e revistas, das rádios, usou o cinema como um instrumento de propaganda e comunicação com as amplas massas da população, e, como é possível constatar, realizou um trabalho cotidiano para influenciar diferentes segmentos da classe operária, dos camponeses e das massas populares urbanas e rurais. Destaca-se, no interior da luta de classes, sua capacidade de influenciar e organizar setores da pequena-burguesia. E vale recordar que o trabalho político e ideológico-cultural permanente no seio da classe trabalhadora foi indispensável para o êxito de governos como os de Mussolini e Hitler. Controle da economia, seja por medidas como nacionalização/estatização ou em aliança com empresários convertidos ao nazi-fascismo, controle da situação política, por meio da instauração de uma ditadura militar com eliminação das liberdades democráticas, controle sobre a educação, as religiões, as artes e manifestações culturais, controle absoluto dos meios de comunicação, criação de milícias armadas, organizadas pelo partido nazifascista e suas organizações (em cada região, estado, cidade) e, por último, mas não menos importante, hegemonia no interior das forças policiais e das Forças Armadas. Assim, resumidamente, foi avançando o nazi-fascismo na Europa, em sua primeira ofensiva.

Percebemos que não existe uma única expressão dessa corrente política denominada nazista/fascista/nazifascista. É preciso sempre considerar o momento histórico, o local, as condições objetivas e subjetivas, enfim, as determinações histórico-concretas de cada manifestação política e social que se pretende caracterizar como de extrema-direita. Temos observado uma quantidade imensa de reflexões que insistem em afirmar que, por exemplo, o governo de Jair Bolsonaro (2019/2022), no Brasil, foi “fascista”, “nazista”, ou algo nessa direção. Tem sido comum ver partidos políticos progressistas e/ou de esquerda, movimentos populares urbanos e rurais, sindicatos, parlamentares e outras forças sociais brasileiras se manifestando nas ruas com cartazes “Fascistas, Não Passarão!”, “Abaixo o Fascismo”, “Bolsonaro Fascista!”, etc. Em que medida podemos, de fato, fazer uma associação dos governos atuais que formam uma coalisão política de extrema-direita/direita/centro-direita/centro com o que foram os governos nazifascistas dos anos 20 e 30 do século XX? Ou mesmo uma comparação com as ditaduras militares-empresariais que dominaram a América do Sul nos anos 60, 70 e

80 do mesmo período? Ou ainda com fascismo predominante em Espanha e Portugal até 1974/1975?

No Brasil surgiu até mesmo uma literatura “antifascista”, que analisa, de maneira interessante o surgimento e desenvolvimento do “bolsonarismo”, mas que não recupera os estudos clássicos sobre o fascismo, principalmente sobre as formas de enfrentar/combater esse movimento político-cultural militarizado de extrema-direita, que sempre teve como seus principais inimigos os comunistas/marxistas. Houve até significativos representantes da intelectualidade pequeno-burguesa progressista brasileira que, a pretexto de um “avanço e vitória do fascismo”, tomaram a decisão de realizar um “autoexílio”, nos EUA ou na Europa Ocidental. A base social eleitoral e política de Jair Bolsonaro também foi qualificada por muitos membros de organizações progressistas e/ou de esquerda como “fascistas”, “fanáticos fascistas”, “nazistas”, entre outras denominações. O candidato Bolsonaro, do Partido Social-Liberal (PSL), nas eleições presidenciais de 2018, obteve 57. 797. 847 de votos (representando 55,13%). Durante seu governo instaurou-se um debate sobre como caracterizar essa base social que votou em Bolsonaro. Seriam todos “fascistas”? Ou somente uma maioria? Ou uma minoria? Como explicar o voto de amplas camadas populares e setores da pequena burguesia numa candidatura conhecida como conservadora, de direita/extrema-direita? Bolsonaro e seu governo representam um ressurgimento de um tipo de fascismo com uma nova roupagem? É a expressão política de uma corrente neofascista adaptada às condições concretas da realidade da luta de classes no Brasil? Leandro Konder, um dos mais brilhantes intelectuais brasileiros, nos faz uma lembrança, e um alerta:

Por seu teor explosivo, a palavra “fascista” tem sido frequentemente usada como arma na luta política. É compreensível que isso ocorra. Para efeito de agitação, é normal que a esquerda se sirva dela como epíteto injurioso contra a direita. No entanto, esse uso exclusivamente agitacional pode impedir a esquerda, em determinadas circunstâncias, de utilizar o conceito com o necessário rigor científico e de extrair do seu emprego, então, todas as vantagens políticas de *uma análise realista e diferenciada* dos movimentos das forças que lhe são adversas (Konder, 2009, p. 25).

Nossa breve contribuição nesse limitado espaço é somente para chamar a atenção que ainda necessitamos de um estudo mais aprofundado sobre como se manifestam as diferentes correntes neofascistas na atual conjuntura das lutas políticas e sociais em todo o mundo. Nesse sentido, convidamos a intelectualidade brasileira antifascista a visitar – ou revisitar – a história da resistência antifascista na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal, nos diversos países do Leste Europeu e nos Balcãs, no Japão e na Coreia, na África (como o caso da Líbia, onde

a resistência contra o colonialismo italiano-fascista foi liderada por Omar Al-Mukhtar (1862/1931)) e também no Brasil, que construiu um dos mais importantes movimentos antifascistas da América do Sul, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que existiu legalmente entre novembro de 1934 e julho de 1935, tendo como seu presidente de honra o militar e comunista Luís Carlos Prestes. Prestes foi imortalizado num romance do escritor Jorge Amado, cujo título é “Cavaleiro da Esperança”. Todas são experiências enriquecedoras, que nos trazem lições básicas, fundamentais e estratégicas para que possamos compreender e combater fenômenos políticos como os movimentos neofascistas contemporâneos.

Classes Sociais, Estado e Fascismo

Apesar de todos os governos fascistas terem se tornado um eficiente instrumento de defesa dos interesses do grande capital industrial e financeiro, no período do chamado “capitalismo monopolista”, diferentes segmentos da pequena burguesia urbana e rural aderiram ativamente a esse projeto nacionalista-conservador e antidemocrático. Em 02 de janeiro de 1921, Antonio Gramsci escreveu um artigo no jornal *L'Ordine Nuovo*, intitulado Socialismo e Fascismo. O conhecido pensador marxista italiano, fundador do Partido Comunista em seu país, faz uma interessante reflexão sobre as transformações vividas pela pequena burguesia no período do final do século XIX e início do século XX. Para Gramsci,

O fascismo foi a última ‘representação’ oferecida pela pequena burguesia urbana no teatro da vida política nacional (...). O processo de desagregação da pequena burguesia se inicia na última década do século passado. A pequena burguesia, com o desenvolvimento da grande indústria e do capital financeiro, perde toda a importância e é afastada de qualquer função vital no terreno da produção: torna-se uma classe puramente política e se especializa no ‘cretinismo parlamentar’ (...). A pequena burguesia se incrusta no instituto parlamentar: de organismo de controle da burguesia capitalista sobre a Coroa e sobre a administração pública, o Parlamento se torna um bazar de mexericos e de escândalos, um meio para o parasitismo. Corrompido até a medula, completamente a serviço do poder executivo, o Parlamento perde qualquer prestígio junto às massas populares. Estas massas se convencem de que o único instrumento de controle e de oposição aos arbítrios do poder administrativo é a ação direta, a pressão feita de fora (Gramsci, 2004, p. 30).

Esse é um elemento indispensável para tentarmos compreender a inclinação e adesão de um significativo contingente de pessoas a movimentos e partidos neofascistas contemporâneos, seja no Brasil, nos EUA, na Europa, na Rússia e outros locais onde a extrema-direita tem demonstrado uma razoável capacidade de

organização, mobilização e influência social, cultural e política. Gramsci procurar observar a situação objetiva em que se insere a pequena burguesia durante o processo de expansão mundial do capital em sua fase imperialista, constatando a diminuição de sua influência nas decisões estratégicas e fundamentais que dizem respeito a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista italiano, algo já sob o controle dos representantes do grande capital, dos monopólios e oligopólios controladores da economia nacional e mundial. Segundo ele,

A pequena burguesia, que perdeu definitivamente qualquer esperança de reconquistar uma função produtiva (só hoje é que se esboça uma esperança desse tipo, com as tentativas do Partido Popular de atribuir novamente importância à pequena propriedade agrícola, e também com as tentativas dos funcionários da Confederação Geral do Trabalho de galvanizar um natimorto controle sindical), busca de todos os modos conservar uma posição de iniciativa histórica: ela macaqueia a classe operária, também faz manifestações de rua. Essa nova tática se realiza nos modos e nas formas possíveis a uma classe de falatrões, de cétricos, de corruptos (...) a pequena burguesia, que se pusera a serviço do poder governamental por meio da corrupção parlamentar, modifica a forma de sua prestação de serviços, torna-se antiparlamentarista e busca corromper as ruas (...) Depois de se ter corrompido e arruinado a instituição parlamentar, a pequena burguesia corrompe e arruína também as demais instituições, os sustentáculos fundamentais do Estado: o exército, a polícia, a magistratura (...) A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política que é o “fascismo”, revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da contras-revolução, mas revelou também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica (...) A pequena burguesia, depois de ter arruinado o Parlamento, está arruinando o Estado burguês: ela substitui, em escala cada vez maior, a ‘autoridade’ da lei pela violência privada; exerce (e não pode agir de outro modo) essa violência de modo caótico, brutal, e faz com que se ergam contra o Estado, contra o capitalismo, segmentos cada vez mais amplos da população (Idem, 2004, p. 31-34).

Essa pequena burguesia italiana que se integrou às fileiras do Partido Nacional Fascista no período 1921/1926 se apresentava como expressão de uma crítica contra todos os partidos e instituições que estavam, segundo eles, apodrecidas, corrompidas, defendendo privilégios e não os interesses do povo e da nação. Gramsci segue numa análise da força social do fascismo, afirmando que

O fascismo apresentou-se como o antipartido, abriu as portas para todos os candidatos; e, prometendo a impunidade,

permitiu que uma multidão informe cobriste com um verniz de idealismo político vago e nebuloso o transbordamento selvagem das paixões, dos ódios, dos desejos. O fascismo tornou-se assim uma expressão de nossos costumes, identificando-se com a psicologia bárbara e anti-social de alguns estratos do povo italiano, ainda não modificados por uma nova tradição, pela escola, pela convivência em um Estado bem organizado e bem administrado (Ibidem, p. 57)

É uma das lições que podemos extrair desse processo de mobilização fascista no interior da sociedade italiana é justamente como essa extrema-direita conseguiu se aproveitar do baixo nível cultural e político das massas populares para fortalecer determinados preconceitos e ideias conservadoras e reacionárias. A difusão desses valores e princípios retrógrados foi fundamental para a criação de uma mística reacionária fascista, de um conjunto de palavras, expressões e rituais que enalteciam aquilo que existia de pior dentro de cada cidadão naquele momento. Gramsci vai reconhecer que, infelizmente, “a crueldade e a falta de solidariedade são duas características peculiares do povo italiano”, e que o fascismo explorou muito esses sentimentos, que podem levar um indivíduo à uma “ferocidade mais brutal e sanguinária” (Ibidem, p. 57).

É realmente impressionante a lucidez de Gramsci ao analisar a luta social e política e o papel das classes sociais na constituição do fascismo em seu país. Encontramos em autores como Antonio Gramsci, Georgi Dimitrov, Wilhelm Reich, Palmiro Togliatti, Nicos Poulantzas, Leandro Konder, entre outros, uma riquíssima contribuição teórica e política para a compreensão de movimentos de extrema-direita associados ou inspirados no fascismo.

Seguindo na análise sobre as classes sociais diante do avanço do fascismo na Itália, Palmiro Togliatti, em suas aulas para operários comunistas imigrantes na URSS, em 1935, considera que não houve, inicialmente, entre o Partido Comunista Italiano (PCI), uma adequada preocupação em conquistar para suas fileiras e suas ideias importantes setores da pequena burguesia. Afirma que “A ditadura fascista se esforça, assim, por ter um movimento de massa, organizando a burguesia e a pequena burguesia (...) Era dever nosso conquistar uma parte dessa massa, neutralizar a outra parte, para impedir que se tornasse uma massa de manobra da burguesia. Mas ignoramos essas tarefas” (Togliatti, 1978, p. 07).

Essa lição sobre a tática dos comunistas diante do desenvolvimento do fascismo italiano continua vigente como um alerta para as forças progressistas, de esquerda e anticapitalistas do presente em relação aos atuais movimentos políticos

de extrema-direita, que se multiplicam em diferentes locais do planeta. Togliatti faz um balanço crítico sobre a atuação dos comunistas em relação ao surgimento e desenvolvimento do fascismo. Sugere que houve uma incorreta análise da correlação de forças, especialmente na Alemanha, onde muitos comunistas, segundo ele, menosprezavam a força, a influência e o crescimento do nazismo, sob a alegação que o fascismo é um movimento político típico de países capitalistas com uma “economia fraca”. Em seu curso, publicado com o nome *Lições sobre o fascismo*, Togliatti demonstra, em detalhes, como o fascismo se organizou na Itália, em suas diferentes fases, e como foi imprescindível, para esse processo, a sua “política de massas”. Além do vínculo com as massas populares, o fascismo italiano estabeleceu como uma tarefa política central a construção e consolidação do Partido Nacional Fascista, um partido de “novo tipo” (como gostava de se referir Benito Mussolini), um instrumento político e organizativo necessário para a luta pelo poder. O “fascismo não apenas se colocou a tarefa de criar uma sólida organização política unitária da burguesia, mas foi também capaz de cumpri-la. O fascismo deu à burguesia italiana aquilo que sempre lhe faltou, e particularmente um partido forte, centralizado, disciplinado, único, dotado de uma força armada própria (...) um ‘tipo novo’ de partido da burguesia” (Idem, p.120).

O comunista italiano reconhece que uma das maiores fragilidades da esquerda foi não ter conseguido neutralizar o crescimento do fascismo entre a classe operária e as massas populares. Essa ascensão do fascismo no meio operário e popular não se deu somente pela repressão e violência contra toda organização comunista, socialista e democrática, ou pelo controle dos sindicatos e dos círculos de empresa, mas também pela iniciativa e criatividade no sentido de atender às demandas concretas da classe trabalhadora. Uma demanda que nunca esteve no centro das preocupações dos comunistas, segundo Togliatti, foi a criação de uma organização de massas nacional para promover atividades culturais, artísticas, recreativas e esportivas nas vilas, aldeias, bairros e cidades de toda a Itália. Tanto o Partido Socialista quanto o Partido Comunista realizavam atividades dessa natureza com sua base social, mas eram ações mais localizadas e pontuais, e não uma política permanente e de âmbito nacional. Cultura e esporte eram um privilégio da burguesia, e os fascistas se aproveitaram dessa situação para conquistar o coração e a mente do proletariado e do semiproletariado italiano. Alguns patrões desenvolviam atividades esportivas com seus funcionários, mas era para distrair e afastar os trabalhadores das lutas políticas e sindicais, como era o caso da Sociedade Esportiva dos Operários da Fiat. Com o apoio dos diferentes órgãos da ditadura fascista criaram a *Opera Nazionale Dopolavoro* (Obra Nacional após o Trabalho), que tornou-se mais “um elemento de ligação criado pelo fascismo para atrair as massas”, conseguindo aglutinar em torno de si cerca de 2.000.000 de membros, participando ativamente de atividades de lazer, culturais e recreativas (Togliatti, 1978, p.71).

Outra importante contribuição para se compreender a adesão da pequena burguesia ao nazifascismo pode ser encontrada no livro *Psicologia de Massa* do

Fascismo, de Wilhem Reich. Ele considera algo indispensável o esforço em “colocar no centro a questão de saber que se passou nas massas para que elas tenham seguido um partido cuja direção apenas representa, quer objetiva quer subjetivamente, os interesses do grande capital” (Reich, 1974, p. 40). Reich aborda os vários aspectos do fascismo, e buscar explicar como amplos setores da pequena burguesia foram arrematados para esse movimento político de extrema-direita. Questiona que

Se as classes médias se puseram efetivamente em movimento e, sob a forma do fascismo, entram na cena da história, na qualidade de força, e se quisermos conquista-las ou neutralizá-las, importam menos as intenções reacionárias de Hitler e Göring que os interesses das camadas médias (...) a existência de um movimento fascista é sem dúvida alguma a expressão social do medo que a grande burguesia tem do bolchevismo, na fase de derrocada iminente. Mas que esse movimento fascista possa tornar-se um movimento de massa e mesmo chegar ao poder, o que é condição para que se realize a sua função objetiva (apoiar o grande capital e aniquilar o movimento operário), já não se trata então dos interesses da grande-burguesia mas sim do movimento de massas das classes médias que torna possível esse processo (...) a posição das classes médias é determinada pela sua posição no modo de produção capitalista, pela sua posição no aparelho de estado capitalista, pela sua situação familiar particular, que é determinada diretamente pela posição no processo de produção, mas que fornece a chave para compreender sua ideologia. Podemos comprová-lo no fato de que a posição dos pequenos camponeses, empregados e comerciantes médios mostra diferenças econômicas mas se caracteriza por uma situação familiar em seus grandes traços idêntica (Idem, p. 44).

Novamente aparece a preocupação com “os interesses das classes médias” e com a capacidade dessa pequena burguesia em se organizar através de um “movimento de massas”. Quando as ideias conservadoras e reacionárias do fascismo se transformam em força social, política e cultural de massas é que surgem os grandes problemas para governos progressistas, populares, democráticos e de esquerda, ou para movimentos e partidos autenticamente anticapitalistas, orientados por uma estratégia política que visa a construção de uma nova sociedade. Ideias e pensamentos reacionários tendem a existir em qualquer tipo de sociedade e governo, pois os costumes e as tradições herdadas por comunidades e populações podem trazer elementos importantes para a preservação da cultura popular e nacional, mas podem, também, muitas vezes reproduzir valores e princípios profundamente antidemocráticos e preconceituosos. Por isso, numa luta antifascista, a batalha cultural adquire um grau de relevância que merece destaque. Ideias e valores conservadores e reacionários tendem a levar os indivíduos a ações e posturas antidemocráticas. Isso se torna um problema mais grave e de mais difícil solução

quando essas ideias, valores e princípios assumem a forma de um movimento de massas, com capacidade de mobilização em todos os rincões de uma nação, como tem ocorrido no Brasil, por exemplo, durante o governo de Jair Bolsonaro. A criação e/ou ressurgimento de um movimento de extrema-direita com capacidade de mobilizar amplas massas da população, de tomar as ruas através de passeatas e outras formas de manifestação. Um dos desafios de antes e de agora segue sendo, portanto, como compreender e identificar os principais interesses dos vários setores da pequena burguesia no dia-a-dia da luta de classes, bem como influenciar e organizar os mesmos para que atuem conjuntamente com a classe trabalhadora em pautas que possam atender as demandas que são comuns, mostrando como os agrupamentos e partidos de direita e de extrema-direita só desejam defendem os interesses dos mais ricos.

O informe de Dimitrov no VII Congresso da Internacional Comunista (1935)

Sem nenhuma dúvida, podemos afirmar que os comunistas sempre foram reconhecidos, pelo nazifascismo, como seus principais inimigos, como a principal ameaça a seus interesses econômicos e geopolíticos. Entre 1920 e 1935 houve muita incompreensão e incertezas sobre as possibilidades de um crescimento e consolidação do nazifascismo como uma força política e cultural de caráter internacional. Análises equivocadas menosprezaram a capacidade de organização e mobilização dos nazistas e fascistas em várias partes do mundo, especialmente na Europa. Em 1935 já havia um amadurecimento das forças políticas de esquerda, seja entre os segmentos reformistas (social-democracia, socialistas, trabalhistas) ou entre os partidos e organizações revolucionárias (diferentes correntes marxistas/comunistas), sobre o impacto do nazifascismo nas lutas políticas e sociais, e as consequências das ditaduras de Hitler e Mussolini para as conquistas democráticas obtidas pela classe trabalhadora após décadas de muitas greves e mobilizações. Já estava evidente que o nazifascismo constituía um importante mecanismo/instrumento da burguesia para deter o avanço das forças democráticas e revolucionárias na Europa Ocidental, num momento onde a influência ideológica da URSS se ampliava na mesma medida em que o capitalismo demonstrava sua face mais cruel, através da I. Guerra Mundial e da Crise de 1929. Georgi Dimitrov, comunista búlgaro, Secretário-Geral da Internacional Comunista no período de 1934 a 1943, fez um balanço sobre a origem e desenvolvimento do fascismo, em seu Informe de 02 de agosto de 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou. Logo no início afirma que

Sob as condições da profundíssima crise geral do capitalismo, do revolucionamento das massas trabalhadoras o fascismo passou à ofensiva. A burguesia dominante cada vez mais procura sua salvação no fascismo para empregar medidas

excepcionais de espoliação contra os trabalhadores, para preparar uma guerra imperialista de rapina e de assalto contra a União Soviética, para preparar a escravização e divisão da China e impedir, por meio de tudo isto, a revolução (...). Os círculos imperialistas tentam descarregar todo o peso das crises sobre os ombros dos trabalhadores. Para isso necessitam do fascismo (Dimitrov, 1978, p.09).

O Informe de Dimitrov revela uma extraordinária capacidade de síntese diante de um problema que vinha sendo debatido exaustivamente em congressos anteriores, e por todo o movimento comunista internacional. Ele expõe, de maneira direta, dois fatores objetivos que criaram uma circunstância favorável ao avanço do fascismo no mundo: 1) “a debilidade do proletariado, desorganizado e paralisado pela política divisionista social-democrata de colaboração de classe com a burguesia”, e 2) “a debilidade da própria burguesia, que tem medo que se realize a unidade de luta da classe operária, teme a revolução e não está em condições de manter sua ditadura sobre as massas com os antigos métodos da democracia burguesa e do parlamentarismo” (Idem, p. 10). Realmente tal reflexão é algo que necessita ser amplamente divulgado nos tempos atuais, pois nos apresenta uma análise muito concreta e objetiva das condições favoráveis para surgimento de movimentos de extrema-direita, que são sempre estimulados pela própria burguesia dominante diante de qualquer ameaça que possa resultar em diminuição de suas taxas de lucro ou perda de algum de seus privilégios. Dimitrov identifica corretamente um dos motivos que facilitou o avanço das ideias fascistas no interior da própria classe trabalhadora: a traição da social-democracia e demais correntes reformistas no interior da classe operária.

A política de conciliação de classes e de participação em governos burgueses, realizada pelo Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e outros partidos europeus criaram uma confusão e uma desorientação política no seio dos operários, camponeses pobres e sindicatos. Também o apoio desses partidos reformistas à participação de seu país na guerra imperialista de 1914/1918 criou divisões no interior da classe trabalhadora. A Social-Democracia alemã tem especial responsabilidade nessa divisão e discórdia entre os próprios trabalhadores e suas legítimas organizações. Os compromissos assumidos pela social-democracia e demais correntes semelhantes com os partidos e governos burgueses afastaram o proletariado da perspectiva revolucionária e abriram o caminho para o crescimento do nacionalismo chauvinista amplamente difundido pelo nazifascismo. Uma contundente confirmação da responsabilidade da social-democracia alemã e seus partidos aliados para o enfraquecimento e divisão das organizações operárias entre 1914 e 1935 pode ser encontrada nos belíssimos artigos de ninguém menos que Rosa Luxemburg, que até o último dia de sua vida cobrou uma “autocrítica impiedosa” do SPD, algo que nunca aconteceu. Em *A crise da social-democracia*, escrito em janeiro e publicado em abril de 1916 sob o pseudônimo “Junius”, a intelectual

marxista e dirigente política afirma que houve uma “confiança cega” na “poderosa social-democracia alemã”, que já tinha sido conhecida como “o orgulho de todo socialista e o terror das classes dominantes de todos os países” (Luxemburgo, 2011, p. 20). Em sua crítica à social-democracia alemã, destaca o comportamento decepcionante dos dirigentes do SPD diante de uma questão fundamental que foi a guerra imperialista. Pergunta

E o que vimos na Alemanha no momento da grande prova histórica? A mais profunda queda, o mais violento colapso. Em parte alguma a organização do proletariado foi tão completamente posta a serviço do imperialismo, em parte alguma o estado de sítio foi suportado com tão pouca resistência, em parte alguma a imprensa foi tão amordaçada, a opinião pública, tão sufocada, a luta de classe econômica e política da classe trabalhadora, tão totalmente abandonada como na Alemanha. Mas a social-democracia alemã não era simplesmente a vanguarda mais forte da Internacional, ela era seu cérebro pensante. Por isso o processo de autorreflexão precisa começar por ela, pela análise de sua queda. Ela tem o dever de salvar o socialismo internacional, mas antes precisa fazer uma autocrítica impiedosa (...) A autocrítica impiedosa não é apenas um direito da classe operária, mas é também para ela o dever supremo. (Idem, p.20-21).

O assassinato de Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht e Wilhelm Pieck, em 15 de janeiro de 1919, com a cumplicidade de líderes da social-democracia alemã, entre eles Friedrich Ebert, mostrou a decadência e a degeneração de um conjunto de dirigentes políticos que, no passado, estavam próximos da fundadora do Partido Comunista Alemão (KPD).

Armas, exército, guerrilha, autodefesa operária-popular, frente única, unidade da classe trabalhadora: os meios e métodos que foram usados para derrotar o nazifascismo

Estudar os governos e regimes fascistas significa, entre outras coisas, tentar identificar como foi possível deter todo o ódio, a intolerância, a injustiça e a violência que caracterizaram um trágico período da história da humanidade. Muitos podem afirmar que diferentes formas de luta e de organização foram construídas/desenvolvidas para realizar a tarefa necessária de derrubada das ditaduras de Hitler, Mussolini, Franco, Salazar e tantos outros. Mas se prestamos atenção às lições da história, nesses casos, as armas tiveram um papel decisivo, foram determinantes para alterar a correlação de forças no campo político, social e militar. Sem um contingente significativo de pessoas armadas e preparadas para o combate também no campo militar todos os outros esforços e iniciativas teriam sido insuficientes. Portanto, ao olhar para a história da resistência antifascista em

diferentes países encontramos um denominador comum: a força das armas, a força de um exército regular, a força de milícias populares, brigadas internacionais, guerra de guerrilhas e/ou a combinação de todas essas formas num mesmo momento e num mesmo lugar. Com isso não queremos diminuir, esquecer ou menosprezar as mobilizações de massa e a batalha das ideias, a resistência cultural de intelectuais, cineastas, atores/atrizes, da música e do mundo das artes, dos sindicatos, dos estudantes e demais iniciativas. Mas, num determinado momento, o papel decisivo na resistência antifascista foi o poder material, o poder bélico, a força militar ou, melhor, político-militar. Uma variedade de recursos humanos e militares direcionados por uma estratégia política, ou seja, as armas estavam sob o controle e a orientação de lideranças políticas, com um profundo conhecimento sobre o que fazer e como fazer para diminuir a força do inimigo e ampliar as próprias forças. Por isso consideramos mais adequado usar a expressão força político-militar, pois as armas, simplesmente, não são garantia alguma de vitória.

Foi necessário, em momentos como a resistência antifascista na Itália ou Alemanha, uma sabedoria estratégica bastante elevada, definindo corretamente as táticas, fazendo os ajustes e correções necessárias ao longo do caminho e compreendendo e analisando constantemente qual era a força do inimigo e a força do movimento antifascista. Sem armas, sem aviação, sem bombas, canhões, tanques, navios, submarinos, munições, pistolas, metralhadoras, fuzis, carabinas, revólveres, sem Batalhões, Unidades, Forças Especiais, grupos de autodefesa e forças guerrilheiras não seria possível deter o avanço do fascismo no mundo. Foi um esforço heroico e coletivo de diferentes povos, com destaque para os povos que faziam parte da URSS, primeira a impor uma derrota contundente ao nazifascismo. A URSS, com todas as suas dificuldades e contradições, conseguiu provar que era possível derrotar militarmente a máquina de guerra hitlerista, a cabeça e o coração do nazifascismo mundial. Esse heroico sacrifício dos povos da URSS abriu o caminho para transformar em realidade o sonho da maioria da humanidade de viver num mundo sem Hitler e sem Mussolini.

Em 1935, enquanto acontecia o VII Congresso da Internacional Comunista, acontecia a Guerra Civil Espanhola, uma batalha decisiva entre democracia e socialismo, de um lado, e nazifascismo, do outro. Dimitrov, à luz dos acontecimentos na Espanha e em outros países, apresentou a palavra de ordem fundamental para os Partidos Comunistas: criar a Frente Única da Classe Operária Contra o Fascismo. Dimitrov e a Internacional Comunista sabiam da necessidade de construir uma força político-militar para impedir e derrotar as tropas fascistas, que já atuavam em território espanhol, e pretendiam levar o mundo para uma nova guerra mundial, tendo como principal alvo a URSS. Essa agressão nazifascista ocorreria em 1939, com a invasão da Polônia pelas tropas de Hitler. Como medida preventiva e urgente surge a proposta de unir todas as organizações da classe trabalhadora, sejam comunistas, socialistas, trabalhistas, social-democratas. Algumas recomendações de ações concretas: “a defesa dos interesses econômicos e políticos imediatos da classe

operária, sua defesa contra o fascismo”, “defender-se da exploração capitalista e da barbárie fascista”, “por meio de ações conjuntas das organizações operárias”, “a luta conjunta contra todas as formas da ofensiva fascista”, “preparar a classe operária para as mudanças rápidas de formas e métodos de luta, ao variarem as circunstâncias”, “preparar a passagem da defensiva para a ofensiva contra o capital, dirigindo-nos para a organização da greve política de massas”, “realização concreta da frente única nos diversos países”, combinar “a organização de lutas econômicas” com “movimentos políticos de massa, para a organização da autodefesa comum contra os assaltos fascistas, ações coordenadas para ajudar os presos e suas famílias, ações conjuntas para a defesa dos interesses da juventude e das mulheres” (Dimitrov, 1978, p. 34-35). Nessa mesma linha de pensamento considerava “tarefa especialmente importante a criação de uma extensa frente popular antifascista sobre a base da frente única proletária” (Idem, p.37). Analisando várias situações concretas em diversos países Dimitrov avalia que

No Brasil, o Partido Comunista, que com a criação da Aliança Nacional Libertadora, estabeleceu um princípio acertado para o desenvolvimento da frente única anti-imperialista, tem que fazer todos os esforços para continuar alargando no futuro esta frente, por meio da incorporação, em primeiro lugar, das massas de milhões de camponeses, orientando-se para a criação de destacamentos de um exército popular revolucionário, entregues, sem reserva, a revolução, e trabalhar pela instauração do Poder da Aliança Nacional Libertadora” (Ibidem, p. 63).

Não sabia Dimitrov que, em agosto de 1935, quando ele proferia seu discurso, a ANL, no Brasil, já tinha sofrido um agressivo ataque por parte do Governo do ditador Getúlio Vargas, colocando a organização na ilegalidade e decretando, em julho daquele ano, a Lei de Segurança Nacional (LSN), desencadeando uma feroz perseguição e repressão contra todos os movimentos de caráter antifascista e anti-imperialista. Enquanto isso, os governos da Espanha e da França, de certa maneira inspirados nessa tática da Frente Popular, cometiam inúmeros erros, criando as oportunidades esperadas pelos fascistas. Todas as tentativas de resistência antifascista através da mobilização sindical e popular vão precisar se adaptar à uma nova realidade durante a Segunda Guerra Mundial (1939/1945), e será decisivo “preparar a classe operária para as mudanças rápidas de formas e métodos de luta”, como consta no Informe de Dimitrov. A ofensiva nazifascista sobre a Espanha, Polônia, o Leste Europeu, a URSS e a França vão obrigar uma reorientação no sentido de combinar o trabalho de massas com a organização político-militar, onde os comunistas, em cada um desses países, vão buscar encontrar os melhores e mais eficientes meios e caminhos para a resistência.

Essa belíssima e heroica história da resistência antifascista também foi escrita pelo esforço e sacrifício dos brasileiros Alberto Bomilcar Besouchet, David Capistrano, Apolônio de Carvalho, Joaquim Silveira dos Santos, José Homem

Correia de Sá, Eneas Jorge de Andrade, Nelson de Souza Alves, Roberto Morena, Dinarco Reis, Delcy Silveira, Eny Antonio Silveira, Nemo Canabarro Lucas, José Gay da Cunha, Hermenegildo de Assis Brasil, Carlos da Costa Leite e Homero de Castro Jobim, todos voluntários para defender a democracia e a República na Espanha. Livros como *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*, do Tenente José Gay da Cunha, *Vale a Pena Sonbar*, do Tenente Apolônio de Carvalho e *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*, de Marly de Almeida Gomes Vianna, narram essa presença brasileira no movimento internacional antifascista, uma história que merece mais atenção por parte de quem deseja construir uma nova sociedade. Apolônio de Carvalho, no início de seu livro, faz a seguinte homenagem: “Aos companheiros e companheiras que, em nossos caminhos comuns, deixaram todos – os melhores momentos de sua juventude; quase todos – um pouco de seu sangue; muitos – e quantos! A própria vida”.

Referências

- CARVALHO, Apolônio. *Vale a Pena Sonbar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DIMITROV, Georgi. *A unidade operária contra o fascismo*. Contagem: Aldeia Global, 1978.
- GAY DA CUNHA, José. *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Textos Escolhidos – Volume II (1914/1919)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- REICH, Wilhem. *Psicologia de Massas e Fascismo*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.